

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização, relativos aos períodos de 31/12/2024 e 31/12/2023 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2024 e de 2023 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a dezembro de 2024, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou aumento de 6,1% em relação ao mesmo período de 2023. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 41,5 bilhões, aumento de 5,1% em relação a dezembro de 2023.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024:

O **lucro líquido** alcançou R\$ 528,6 milhões, apresentando um crescimento de 34,7% em relação ao mesmo período de 2023, principalmente devido ao aumento da receita com vendas de títulos de capitalização, além das menores despesas administrativas.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2024 em relação a 31 de dezembro de 2023:

O total de **ativos** atingiu R\$ 5,6 bilhões, crescimento de 15,6%, principalmente em razão do aumento das aplicações financeiras.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 984,7 milhões, redução de 9,7%, impactado pelo pagamento de R\$ 619 milhões de dividendos no período.

As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 4,0 bilhões, aumento de 26,5%, principalmente em função da elevação de provisões matemáticas de capitalização e provisões de resgate.

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

CNPJ nº 23.025.711/0001-16

No período de janeiro a dezembro de 2024, distribuimos o montante de R\$ 112,9 milhões em sorteios. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		4.437.576	3.442.152
Disponível		1.523	2.547
Caixa e Bancos		1.523	2.547
Aplicações	2c III, 3	4.423.464	3.421.341
Créditos das Operações de Capitalização		35	91
Créditos das Operações Capitalização		35	91
Títulos e Créditos a Receber		12.429	18.093
Títulos e Créditos a Receber		12.158	18.089
Créditos Tributários e Previdenciários	2c V, 7b I, 7c	271	4
Despesas Antecipadas		125	80
Ativo Não Circulante		1.210.541	1.443.661
Realizável a Longo Prazo		370.963	604.943
Aplicações	2c III, 3	334.282	558.389
Títulos e Créditos a Receber		36.681	46.554
Créditos Tributários e Previdenciários	2c V, 7b I, 7c	25.730	32.975
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	10.897	13.532
Outros Créditos Operacionais		54	47
Investimentos		25.047	24.187
Participações Societárias		2.221	--
Imóveis Destinados à Renda		22.826	24.187
Intangível	2c IV	814.531	814.531
Outros Intangíveis		814.531	814.531
Total do Ativo		5.648.117	4.885.813

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		4.318.035	3.387.738
Contas a Pagar		272.281	187.752
Obrigações a Pagar		10.790	3.448
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.699	1.144
Encargos Trabalhistas		--	6
Impostos e Contribuições	2c V	259.792	183.154
Provisões Técnicas - Capitalização	2c VI, 4b	4.045.279	3.197.555
Provisões para Resgates		4.036.093	3.189.501
Provisões para Sorteios		9.104	7.965
Provisão para Receitas Diferidas		82	89
Outros Débitos		475	2.431
Outros Valores		475	2.431
Passivo Não Circulante		345.385	407.000
Contas a Pagar		344.903	370.554
Obrigações a Pagar		1	8
Tributos Diferidos	2c V, 7b II	344.902	370.546
Outros Débitos		482	36.446
Provisões Judiciais	5	482	36.446
Patrimônio Líquido	8	984.697	1.091.075
Capital Social		558.295	558.295
Reservas de Capital		7.606	7.606
Reservas de Reavaliação		3.997	4.018
Reservas de Lucros		414.799	504.741
Outros Resultados Abrangentes		--	16.415
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.648.117	4.885.813

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2023		558.295	7.606	3.998	111.658	412.668	(27.912)	--	1.066.313
Realização de Reserva de Reavaliação		--	--	20	--	--	--	(33)	(13)
Dividendos		--	--	--	--	(251.033)	--	--	(251.033)
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	--	44.327	392.448	436.775
Lucro Líquido		--	--	--	--	--	--	392.448	392.448
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		--	--	--	--	--	44.327	--	44.327
Destinações		--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas		--	--	--	--	231.448	--	(231.448)	--
Dividendos		--	--	--	--	--	(160.967)	(160.967)	--
Saldos em 31/12/2023	8	558.295	7.606	4.018	111.658	393.083	16.415	--	1.091.075
Mutações do Período		--	--	20	--	(19.585)	44.327	--	24.762
Saldos em 01/01/2024		558.295	7.606	4.018	111.658	393.083	16.415	--	1.091.075
Realização de Reserva de Reavaliação		--	--	(21)	--	--	--	15	(6)
Dividendos		--	--	--	--	(373.529)	--	--	(373.529)
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	--	(16.415)	528.649	512.234
Lucro Líquido		--	--	--	--	--	--	528.649	528.649
Adoção de Política Contábil	2b	--	--	--	--	--	(16.415)	--	(16.415)
Destinações		--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas		--	--	--	--	283.587	--	(283.587)	--
Dividendos		--	--	--	--	--	--	(245.077)	(245.077)
Saldos em 31/12/2024	8	558.295	7.606	3.997	111.658	303.141	--	--	984.697
Mutações do Período		--	--	(21)	--	(89.942)	(16.415)	--	(106.378)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itausg Participações S.A. com participação de 99,99985% e Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os ativos financeiros mantidos com objetivo de negociação (Notas 3a, 2c III) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Fim de 31 de dezembro de 2024

Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma. O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (*impairment*); e (iii) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Adicionalmente, a receita proveniente da quota de carregamento passa a ser reconhecida conforme a contraprestação oferecida ao titular do título de capitalização, sendo criada a Provisão de Receitas Diferidas para o registro das receitas cuja sociedade de capitalização ainda não tenha direito. As alterações foram adotadas de forma prospectiva em 02/01/2024. A adoção dos normativos acarretou redução de 1% do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Transição para o CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A CIACAP realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são de classificação.

As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir. Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis e Mantidos até o Vencimento foram contabilizados nesta categoria;

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A CIACAP não possui ativos financeiros classificados nesta categoria; e

Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros Mantidos para Negociação e cotas de fundos de investimentos registradas anteriormente como Disponível para Venda.

Não houve alteração na classificação de seus passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

A CIACAP avaliou os requisitos para cálculo da perda de crédito esperada de seus ativos financeiros e não identificou montantes adicionais a serem reconhecidos.

Até 31 de dezembro de 2023, a CIACAP não alterou suas políticas contábeis para Instrumentos Financeiros, que seguem a CPC 38.

A seguir reconciliação dos ativos financeiros:

	CPC 38 01/01/2024	Reclassificações (1)	Remensurações (2)	CPC 48 01/01/2024
	Saldo	(3.321.384)		Saldo
Mantidos para Negociação	3.321.384	(3.321.384)	--	--
Fundos de investimentos	2.477.750	(2.477.750)	--	--
Títulos de Empresas	843.634	(843.634)	--	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--
Debêntures	764.194	(764.194)	--	--
Notas de Crédito	79.440	(79.440)	--	--
Valor Justo por meio do Resultado	--	3.333.522	(12.138)	3.321.384
Fundos de investimentos	--	2.477.750	--	2.477.750
Títulos de Empresas	--	855.772	(12.138)	843.634
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--
Debêntures	--	768.355	(4.161)	764.194
Notas de Crédito	--	87.417	(7.977)	79.440
Disponíveis para Venda	658.346	(658.346)	--	--
Títulos Públicos	658.346	(658.346)	--	--
Custo Amortizado	--	658.346	(27.359)	630.987
Títulos Públicos	--	658.346	(27.359)	630.987

1) Referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

2) Referem-se ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração.

II - Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis em períodos futuros.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da CIACAP. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido à incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração de valor, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação. Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela CIACAP, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1.

III.I. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido: no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração Consolidada do Resultado, para demais ativos e passivos financeiros. Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração do Resultado.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

III.II. Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.III. Instrumentos Patrimoniais

As ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais são contabilizados na Demonstração do Resultado.

Até 31 de dezembro de 2023 as Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros eram mensurados conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração cuja classificação desses instrumentos difere do novo normativo, pois depende da finalidade para

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

VII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Prováveis:** é constituída provisão.
- Possíveis:** nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remotas:** nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

VIII - Receitas e Despesas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. As receitas provenientes das quotas de capitalização e sorteio são reconhecidas conforme recebimento ou a informação sobre o recebimento.

A receita proveniente da quota de carregamento é reconhecida conforme a contraprestação realizada ao subscritor. Para os produtos de Pagamento Único (PU) é constituída a Provisão de Receitas Diferidas para contabilização do montante recebido, mas sem a devida prestação de serviço.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

A política contábil dos ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 2c III.

	31/12/2024	31/12/2023
a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		
	Taxa Média a.a.	Valor Justo
Fundos de Investimentos	4.160.905	2.477.750
Letras Financeiras.....	273.519	544.371
Letras do Tesouro Nacional.....	30.424	128.776
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.219.105	561.965
Notas do Tesouro Nacional.....	228.357	164.446
Debêntures.....	--	9.898
Ações.....	49.417	49.848
Certificados de Depósito Bancário.....	--	4.678
Derivativos.....	989	4.054
Compromissadas.....	1.255.795	965.015
Cotas de Fundos de Investimentos.....	101.378	44.942
Contas a Receber / (Pagar).....	1.921	(243)
Títulos de Empresas	262.559	843.634
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	CDI 4%	1.258
Ações.....	418	--
Debêntures.....	CDI 2,58%	251.992
Notas de Crédito.....	8.891	79.440
Total	4.423.464	3.321.384
Circulante	4.423.464	3.321.384
Não Circulante	--	--
b) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		
	31/12/2024	31/12/2023
	Taxa Média a.a.	Custo Amortizado
Títulos e Valores Mobiliários	334.282	334.282
Títulos Públicos do Governo		
Brasileiro	334.282	334.282
Notas do Tesouro Nacional.. IGPM + 12% / PRE + 10%	334.282	334.282
Total	334.282	334.282
Circulante	--	--
Não Circulante	334.282	--

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, se avaliados a valor justo, apresentariam em 31/12/2024 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ (54.308) (R\$ 0 em 31/12/2023).

	31/12/2024	31/12/2023
c) Movimentação das Aplicações		
	Valor Justo por meio do Resultado	Custo Amortizado
Saldo Inicial - 01/01	3.321.384	3.979.730
Aplicações.....	3.585.054	47.295
Resgate de Principal.....	(2.885.763)	(408.528)
Resultado Financeiro.....	402.789	64.528
Ajustes ao Valor Justo (no PL).....	--	(27.359)
Saldo Final	4.423.464	334.282

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, se avaliados a valor justo, apresentariam em 31/12/2024 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ (54.308) (R\$ 0 em 31/12/2023).

	31/12/2024	31/12/2023
d) Distribuição dos Níveis		
	31/12/2024	31/12/2023
	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros	154.636	4.268.828
Valor Justo por meio do Resultado	154.636	4.268.828
Fundos de Investimentos.....	--	4.160.905
Títulos de Empresas.....	154.636	107.923
Custo Amortizado	334.282	334.282
Títulos Públicos.....	334.282	--
Mantidos para Negociação	537.965	2.763.377
Fundos de Investimentos.....	--	2.477.750
Debêntures.....	537.965	206.187
Notas de Crédito.....	--	79.440
Disponíveis para Venda	658.346	658.346
Títulos Públicos.....	658.346	--

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros		
Valor Justo por meio do Resultado	154.636	4.268.828
Fundos de Investimentos.....	--	4.160.905
Títulos de Empresas.....	154.636	107.923
Custo Amortizado	334.282	334.282
Títulos Públicos.....	334.282	--
Mantidos para Negociação	537.965	2.763.377
Fundos de Investimentos.....	--	2.477.750
Debêntures.....	537.965	206.187
Notas de Crédito.....	--	79.440
Disponíveis para Venda	658.346	658.346
Títulos Públicos.....	658.346	--

e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	31/12/2024	31/12/2023
	Valor Justo por meio de Resultado	Custo Amortizado
Classificação Interna (1)	4.421.862	3.321.384
Baixo.....	4.421.862	3.321.384
Médio.....	--	--
Alto.....	1.602	1.602
Total	4.423.464	334.282
%	94,00%	6,00%

(1) Demonstra correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

A política contábil sobre capitalização está apresentada na Nota 2c VI.

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensal, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superior a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização são constituídos em séries e numerados sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.

Provisão para Resgate (PR) - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização vigente até 31 de dezembro de 2023.

Provisão de Receitas Diferidas (PRD) - constituída para o diferimento de receitas dos títulos pelas sociedades de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial - 01/01	3.189.501	7.965
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos.....	2.580.931	113.997
(+) Atualização financeira das provisões.....	173.007	19
(-) Resgates.....	(1.907.346)	(112.877)
Adoção circular SUSEP 678.....	--	(89)
Saldo Final	4.036.093	9.104

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões Técnicas	4.045.279	3.197.555
Fundos de Investimentos.....	3.858.425	1.928.149
Títulos de Empresas.....	243.281	706.989
Títulos Públicos.....	272.218	658.344
Garantias das Provisões Técnicas	4.373.924	3.293.482
Cobertura Excedente	328.645	95.927

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez		
Patrimônio Líquido.....	984.697	1.091.075
Participações Societárias.....	(2.221)	--

A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez		
Despesas Antecipadas.....	(125)	(80)
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias.....	(19.029)	(26.748)
Ativos Intangíveis (1).....	(488.718)	(488.718)
Imóveis urbanos (e direitos de vendas).....	(22.826)	(24.187)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	451.778	551.342
% Nível 1 sobre CMR	484,2%	360,0%
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização.....	389	--
Superávit entre provisões exatas constituídas e fluxo real sociedades de capitalização.....	24.520	14.289
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b)	24.909	14.289
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias limitado a 15% do CMR.....	13.995	22.973
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado.....	22.826	24.187
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 (c)	36.821	47.160
Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (g).....	(22.826)	(24.187)
Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (h).....	(15.081)	--
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 (d) = menor valor entre (g) e (h)	(22.826)	(24.187)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c) e (d)	490.682	588.604
Capital Base (e)	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Subscrição.....	36.899	25.175
Capital Adicional de Risco de Crédito.....	42.050	99.399
Capital Adicional de Risco Operacional.....	9.250	8.455
Capital Adicional de Risco de Mercado.....	32.913	63.150
Benefício da Correlação entre Risco.....	(27.816)	(43.025)
Capital de Risco (f)	93.296	153.154
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (e) e (f)	93.296	153.154
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	397.386	435.450

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

Produto	SUSEP	Tipo (1)	Cota de Carregamento
			31/12/2024
PIC Itaú Uniclass	15414.603701/2020-62	PM	de 4,11% a 88,16%
PIC Itaú Agência	15414.603691/2020-65	PM	de 4,42% a 88,40%
PIC Itaú Agência	15414.600720/2023-80	PM	de 2,52% a 86,50%
PIC Itaú Uniclass	15414.600727/2023-00	PM	de 2,31% a 86,29%

1) PM - Pagamento Mensal.

NOTA 5 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c VII.

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 217 (R\$ 179 em 31/12/2023) com depósito em garantia de recursos de R\$ 108 (R\$ 88 em 31/12/2023).

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros no montante de R\$ 84 (R\$ 130 em 31/12/2023) com depósito em garantia de recursos de R\$ 1.260 (R\$ 1.142 em 31/12/2023).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Legais.....	181	36.137
Total	181	36.137

Depósitos em Garantia de Recursos

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 80.529 (R\$ 71.853 em 31/12/2023), sendo as principais discussões descritas a seguir:

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 66.656: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a CIACAP são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 8.722 (R\$ 11.519 em 31/12/2023).

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outras Receitas Operacionais

Estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (326.521) (R\$ (367.122) de 01/01 a 31/12/2023), que decorrem da utilização da estrutura comum do conglomerado.

c) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas Financeiras	520.754	541.177
Fundos de Investimento.....	344.694	344.710
Títulos de Renda Fixa.....	144.067	189.095
Outras Receitas.....	31.993	7.372
Despesas Financeiras	(213.162)	(235.658)
Atualização de Operações de Capitalização.....	4b (173.026)	(196.616)
Títulos de Renda Fixa.....	(21.444)	(31.628)
Encargos sobre Tributos.....	(2.566)	(6.910)
Outras Despesas.....	(16.126)	(504)
Resultado Financeiro	307.592	305.519

NOTA 7 - TRIBUTOS

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c V.

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Devidos sobre Operações do Período	865.150	<

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	618.606	--	618.606	468.732	(8.510)	460.222
Dividendos Extraordinários	373.529	--	373.529	251.033	--	251.033
Dividendos	245.077	--	245.077	160.967	--	160.967
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior)	--	--	--	56.732	(8.510)	48.222

Os dividendos provisionados, quando aplicável, são registrados na rubrica Obrigações a Pagar.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

• Controladoras - acionistas direto: Itauseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e os indiretos: Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.

• Empresas do Grupo - as participações diretas da CIACAP, além das demais empresas e fundos de investimentos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

• Coligadas - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

• Outras Partes Relacionadas:

• Participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A., destacando-se: Aegea Saneamento e Participações S.A. e CCR S.A.

	31/12/2024				31/12/2023	
	Controladoras	Empresas do Grupo	Coligadas	Outras Partes Relacionadas	Total	Total
Ativo	--	4.105.973	3.761	25.746	4.135.480	2.477.021
Aplicações	--	4.105.960	3.761	25.746	4.135.467	2.477.008
Outros Ativos	--	13	--	--	13	13
Passivo	--	(46.246)	--	--	(46.246)	(43.464)
Provisões Técnicas - Capitalização	--	(46.246)	--	--	(46.246)	(43.464)
						01/01 a
						31/12/2023
Demonstração do Resultado	--	56.452	1.149	--	57.601	9.782
Receitas	--	39.604	--	--	39.604	37.300
Despesas	--	(9.842)	--	--	(9.842)	(8.721)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	--	26.690	1.149	--	27.839	(18.797)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Risco de Subscrição

Os riscos de Capitalização, decorrem de perdas que contrariam as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado.

Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

1 - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em: fraude interna, fraude externa, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso, interrupção das atividades, falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI), falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspeção. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as

DIRETORIA

Diretor Presidente	Diretores				
Eduardo Nogueira Domeque	Carlos Henrique Donegá Aidar	Lineu Carlos Ferraz de Andrade	Rita Rodrigues Ferreira Carvalho	Vinicius Santana	

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º Andar - São Paulo - SP

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Cia. Itaú de Capitalização

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Cia. Itaú de Capitalização (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas

da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

• Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.

• Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).

• Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.

• Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (*"MM - Mark to Market"*).

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações da empresa:

Classe	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	DV01	Valor Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	228.357	(100)	164.446	(124)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	62.064	(26)	--	--
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	272.218	(99)	558.389	(259)
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	30.424	(13)	228.732	(37)
Moedas	--	--	182	2
Títulos Privados				
Indexado a IPCA	--	--	3.346	(1)
Indexado a PRÉ	23.626	(1)	20.480	(2)
Ações	50.406	504	51.504	515
Ativos Pós-Fixados	2.834.869	--	1.987.649	--
Compromissadas Over	1.255.795	--	965.015	--
Total	4.757.759		3.979.743	

O saldo contábil está apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações, exceto na rubrica Outros Créditos Operacionais - Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 13 (R\$ 13 em 31/12/2023), referente a bloqueios judiciais.

III - Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de capitalização é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

IV - Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito para Aplicações consultar Nota 3 - Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaui.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMACOES SUPLEMENTARES

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

Atuária	Contador
Bianca Oliveira Lamounier Castello MIBA: 1694	Arnaldo Alves dos Santos CRC 15P210058/O-3

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

	PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105	Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147
---	--	---------------------------------------

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

Cia. Itaú de Capitalização

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia. Itaú de Capitalização ("CIACAP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Cia. Itaú de Capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 26 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Em 31 de dezembro de 2024, a CIACAP possui obrigações oriundas dos títulos de capitalização, premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira a que estão registrados nas rubricas "Provisões técnicas - Capitalização" demonstradas nas notas explicativas n.ºs. 2 (c.VI) e 4.(b) das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas dos títulos de capitalização envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da CIACAP.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos títulos de capitalização firmados pela CIACAP; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da CIACAP; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Provisões Técnicas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas referidas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da CIACAP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Continuação)*

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a CIACAP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CIACAP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da CIACAP e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CIACAP.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CIACAP. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CIACAP a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-25P034519/O

Paula Colodete Lucas
Contadora CRC- SP290864/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>